

ANALISE DE CONTEÚDO: OLHAR DA TÉCNICA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL

Aline Vieira de Lima Nunes*
Samuel Lincoln Bezerra Lins*
Maria de Fátima Baracuhy**
Zoraide Margaret Bezerra Lins**

*Mestrandos em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil

**Doutorandos em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Contacto:

aline.vieira@gmail.com

RESUMO

O interesse pelo estudo da linguagem por parte do ser humano existe há muito tempo, o que pode ser verificado na literatura, em poesias, nas religiões ou em letras de músicas que tratam do assunto. Desde a hermenêutica (ex. interpretação da bíblia), procedimentos grafológicos, até análises de sonhos por Freud, a análise de conteúdo estava presente na psicologia como uma técnica de absorção genuína dos discursos, utilizando-se de diferentes enfoques para análise e comparação de textos. Atualmente, a análise de conteúdo tem sido muito utilizada na análise de comunicações nas ciências humanas e sociais, especialmente por Bardin (1979). O Brasil, como explicitado acima, sempre foi citado como exemplo de democracia racial: construiu uma imagem de que todas as raças e etnias viviam harmoniosamente, mas pesquisas constataam que a realidade é que os brasileiros que não possuem a cor da pele clara se sentem carregando um fardo do qual tentam se livrar. Ao longo do tempo, foi se tornando um país mais complexo a partir da sua etnografia, com a cor da pele sendo cada vez mais importante na definição e identificação de grupos racializados. Assim, o termo ‘preconceito de cor’ descreve bem a realidade das relações racializadas no Brasil do que o termo ‘preconceito racial’, já que a mobilidade racial é uma possibilidade, através da mestiçagem. O presente estudo foi elaborado com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão acerca do que constitui a técnica da Análise de Conteúdo (AC) e demonstrar a utilidade instrumental da AC na perspectiva psicossociológica do Preconceito contra os negros no Brasil. Para tanto, de maneira ilustrativa, foram feitas duas entrevistas semi-estruturadas com estudantes universitários brasileiros, a fim de conhecer suas opiniões no que diz respeito à duas problemáticas atuais da nossa realidade: as piores condições de vida do negro no Brasil em comparação aos brasileiros em geral e a implementação de medidas compensatórias para os negros, a partir da organização em movimentos de luta. A partir da técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (1979) com a participação de quatro juízes, foram

obtidas duas classes temáticas, uma para cada questão proposta, onde a primeira se chamava 'Preconceito Racial' e gerou a Categoria 'Concepções do preconceito' (f=38), formada por 4 subcategorias (Sócio-histórica; Racial; Ideológica; Sócio-econômica). A segunda questão evocou a classe temática 'Movimentos de valorização do negro', proponente da Categoria 'Posicionamento frente aos movimentos' (f=15), formada por 2 subcategorias (Movimento de luta; Sócio-cultural). Numa visão geral do que pode ser inferido a partir deste ínfima amostra, o preconceito racial é justificado pelas percepções de passado (negro-escravo), presente (culpabilização da sociedade em geral e do próprio negro) e futuro do negro no Brasil (posicionamento contra ou a favor dos movimentos de luta). Com este estudo, fica demonstrado que o racismo não é questão esgotada em nenhuma dimensão, seja psicológica, seja social, e muito menos no contexto brasileiro, além de trazer o quanto a técnica da Análise de Conteúdo é útil para a elucidação dos discursos superficiais e mecânicos reproduzidos atualmente sobre o negro brasileiro.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo, Psicologia Social, Racismo no Brasil, Técnica

O presente estudo foi elaborado com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão acerca do que constitui a técnica da Análise de Conteúdo (AC) e demonstrar sua utilidade instrumental na perspectiva psicossociológica do Preconceito contra os negros no Brasil.

Para tanto, procurou-se abordar os campos de conhecimento da AC, primeiramente, relatando suas origens históricas, contextualizando-os e fornecendo sua definição, além de trazer o olhar de Vigotski na análise do relato verba. Em seguida, procurou-se tratar da utilização e operacionalização da técnica no contexto do trabalho em discussão, apresentando também um panorama da conceitualização do fenômeno Preconceito Racial ao longo da história e do Preconceito Racial à brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Contextualização Histórica

A análise de conteúdo desde os seus primórdios tem como precursores diferentes enfoques para análise e comparação de textos, começando no contexto da hermenêutica (ex. interpretação da bíblia), dos procedimentos grafológicos, até análises de sonhos por Freud. Sendo os fundamentos teóricos da comunicação, as bases da análise de conteúdo quantitativa, foi inicialmente uma iniciativa de Paul F. Lazarsfeld e Harold D. Lasswell nos EUA durante os anos

20 e 30 no século XX, quando o primeiro livro texto sobre este método foi publicado (Berelson, 1952).

A definição da Análise de conteúdo em 1943 era como sendo “a semântica estatística do discurso político”. A Análise de conteúdo pode ser quantitativa e qualitativa. Existe uma diferença entre essas duas abordagens: na abordagem quantitativa se trata de uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto. Na abordagem qualitativa se “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (Puglisi; Franco, 2005).

Na análise de conteúdo o ponto de partida é a mensagem, mas devem ser consideradas as condições contextuais de seus produtores e assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem; segundo Puglisi e Franco(2005), devem ser considerados, não apenas a semântica da língua, mas também a interpretação do sentido que um indivíduo atribui às mensagens. A análise do conteúdo, em suas primeiras utilizações, assemelha-se muito ao processo de categorização e tabulação de respostas a questões abertas.

Historicamente, a diferenciação interdisciplinar ocorreu por volta dos anos 60 do século XX, quando o enfoque metodológico encontrou um caminho na lingüística, na psicologia (Rust, 1983), sociologia, história, artes etc. Os procedimentos tinham sido refinados, enquadrando-se em diferentes modelos de comunicação; aspectos da análise não-verbal, análise contingencial, aplicações no computador (Pool, 1959).

A primeira fase foi denominada de críticas as técnicas qualitativas: desde meados do século 20 que objeções eram feitas contra a análise superficial sem respeitar os conteúdos latentes e contextos, trabalhar simplificando e distorcendo a quantificação (Kracauer, 1952). Daí então deu-se início ao desenvolvimento do enfoque qualitativo do conteúdo da análise (Ritsert, 1972; Mostyn, 1985; Wittkowski, 1974).

O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam aos discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. A maioria dos autores Ritsert, 1972; Mostyn, 1985; Wittkowski, 1974, refere-se à Análise de conteúdo como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social.

Na Análise de conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem.

O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas — desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos o rigor da objetividade e o rigor da subjetividade. Fato este que não compromete o investigador por esta atração pelo escondido, pelo latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. Consiste numa tarefa paciente de inferência seguida de uma preocupação, honesta, de rigor científico.

No caso específico da análise de comunicações, são exigidos mecanismos apropriados para encontrar em dados obtidos por meio de entrevistas, mensagens e documentos em geral, informações que ilustrem, expliquem ou ajudem a revelar os fenômenos investigados. A análise de conteúdo ultrapassa o status de simples técnicas de análise para compor um campo do conhecimento.

O estudo da linguagem: as origens da lingüística e a análise de comunicações

O interesse pelo estudo da linguagem por parte do ser humano existe há muito tempo, o que pode ser verificado na literatura, em poesias, nas religiões ou em letras de músicas que tratam do assunto.

Orlandi (1989) revela a existência desse interesse entre os pensadores da Grécia antiga, entre os antigos hindus, na redescoberta do sânscrito no século XIX, na Idade Média, dentre outras diversas épocas em que a curiosidade do homem sobre a língua ainda não tinha se firmado como uma forma de ciência, o que foi concretizado com o surgimento da lingüística. Similarmente, Bardin (1979) comenta que a hermenêutica, arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos, é muito antiga e, desde o início de sua prática, buscava-se compreender mensagens ocultas com duplo sentido, cuja interpretação dependia de observação cuidadosa e intuição carismática. Também a retórica, que estudava as modalidades de expressão da fala persuasiva, e a lógica, que buscava a determinação do encadeamento do raciocínio pela análise dos enunciados de um discurso, são consideradas técnicas ancestrais de análise de comunicações.

A lingüística inaugurou-se no início do século XX e teve que comprovar o apuro de seu método e a configuração precisa de seu objeto para se impor como ciência. Segundo Orlandi (1989), a constituição da lingüística possui dois momentos-chave: o século XVII, em que os estudos da linguagem foram marcados pelo racionalismo, mediante o qual se buscava estabelecer princípios universais lógicos que deveriam reger todas as línguas e o século XIX, no qual a compreensão da linguagem passou a envolver o fato de que as línguas se transformam com o tempo, ou seja, sua mudança e suas especificidades. Surge então a metalinguagem: a utilização de símbolos para descrever a própria língua, ou o uso da linguagem para falar dela própria. Língua sagrada da Índia antiga por meio da qual os hindus buscavam estabelecer pela palavra uma relação íntima com Deus (Orlandi, 1989).

A lingüística conhecida atualmente originou-se dos trabalhos de Ferdinand de Saussure e de sua análise de anagramas, procurando mostrar como há um texto latente sob um outro texto poético agindo na mente do leitor. Para Saussure, a língua é um sistema abstrato, um fato social, cujos elementos só adquirem valor à medida que se relacionam com o todo do qual fazem parte (Orlandi, 1989). Essa organização interna da língua, denominada por Saussure de sistema, é posteriormente chamada por seus sucessores de estrutura, o que passa a definir o método que dá à lingüística a posição de ciência como Estruturalismo.

A autora descreve que o Estruturalismo, bem sucedido desde sua origem, adotou diversas formas no interior da lingüística, como o funcionalismo, cujo objetivo é considerar as funções desempenhadas pelos elementos lingüísticos e o distribucionalismo, que propõe uma explicação comportamental (behaviorista) dos fatos lingüísticos, fundamentada no esquema estímulo-resposta; ambos considerados correntes teóricas com finalidades descritivas para a linguagem.

No fim da década de 1960, o Estruturalismo estava em seu apogeu. Nessa época, estando extremamente generalizado, passou a ser exportado para outras ciências humanas, como para a etnografia, por Lèvi-Strauss, com a introdução da análise mítica, ou seja, o confronto entre as diversas versões de um mito; ou se torna inspirador de reflexões por Lacan, Foucault, Althusser ou Derrida (Gadet, 1997).

Acerca desse período, Henry (1997) critica que os conceitos e os métodos lingüísticos transmitidos pelo Estruturalismo foram transferidos para outros campos sem terem sofrido reelaborações fundamentais. Contudo, diante dessa generalização do Estruturalismo, Pêcheux (1997) pondera que as diferentes disciplinas que o adotaram, como a etnologia, a crítica literária e a sociologia, reconhecem o deslocamento conceitual introduzido por Saussure que consiste em pensar a língua como um sistema e, uma vez que existam sistemas sintáticos, surge a hipótese de que existam do mesmo modo sistemas míticos, literários, etc.

Posteriormente, Chomsky produziu uma mudança na lingüística ao introduzir a Gramática Gerativa (Transformacional), a qual permite, a partir de um número limitado de regras, gerar um número infinito de seqüências que são frases, associando-lhes uma descrição de cunho dedutivo. Nesse ponto, a teoria da linguagem deixa de ser apenas descritiva para ser também explicativa, trazendo a contribuição dos estudos das áreas da lógica e da matemática e das questões sobre os fundamentos biológicos da linguagem, relacionados à espécie humana (Orlandi, 1989).

Segundo a autora, os recortes feitos por Saussure e Chomsky deixam de lado a situação real de uso da linguagem (a fala e o desempenho) para ficar com o que é virtual e abstrato (a língua e a competência). Porém, essa tendência, conhecida por Formalista, apesar de dominante na lingüística, também convive com outras tendências que buscam um meio de sistematizar os usos concretos da linguagem por falantes reais. Esses estudos atribuem maior importância ao contexto de situação, de sociedade e de história em que se inserem as comunicações.

Essa relação entre linguagem e sociedade, para Orlandi (1989), tem sido pesquisada por diversas metodologias, cuja diferença se deve ao fato de tomarem a linguagem ora como causa, ora como efeito da sociedade.

A Sociolinguística toma a sociedade como uma causa da linguagem, a qual reflete as estruturas sociais. Uma outra postura, a Etnolinguística, considera a linguagem como causa das estruturas sociais e culturais, funcionando como organizadora do mundo. A autora aponta, ainda, estudos paralelos a esses, de acordo com os quais não há separação entre ações linguísticas e sociais, as quais são mutuamente constitutivas e inseparáveis, o que é defendido pela Sociologia da Linguagem. Assim, inicia-se a crescente importância atribuída às teorias que consideram tanto a relação linguagem/pensamento, quanto à relação linguagem/sociedade. A simples organização das unidades fonológicas, morfológicas e sintáticas passa a abrir caminho para o estudo da significação, como é o caso da análise de conteúdo e da análise do discurso.

A análise de conteúdo nas ciências sociais

A análise de conteúdo tem sido muito utilizada na análise de comunicações nas ciências humanas e sociais. Minayo (2000) afirma ser um método mais comumente adotado no tratamento de dados de pesquisas qualitativas. Contudo, não é somente em investigações qualitativas que a análise de conteúdo pode ser utilizada. Harris (2001) aponta que alguns autores, como Silverman (1993) e Neuman (1994), a consideram um conjunto de técnicas quantitativas, enquanto outros (Berg, 1998; Inch et al., 1997; Sarantakos, 1993) acreditam que ela possui elementos tanto da abordagem quantitativa como da qualitativa, porque, nesse caso),

Anagramas são palavras formadas pela transposição de letras de outras palavras ou frases (Orlandi, 1989). A contagem da manifestação dos elementos textuais que emerge do primeiro estágio da análise de conteúdo servirá apenas para a organização e sistematização dos dados, enquanto as fases analíticas posteriores permitirão que o pesquisador apreenda a visão social de mundo por parte dos sujeitos, autores do material textual em análise. Antes de tratar das etapas por meio das quais se desenvolve a análise de conteúdo, torna-se necessário apresentar uma definição do que ela venha a ser, bem como elaborar um breve relato de como ela surgiu.

Definição e contextualização da análise de conteúdo

Para Bardin (1979), a análise de conteúdo abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que

contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas). Mais especificamente, a análise de conteúdo constitui:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1979, p. 42).

Bardin (1979) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A finalidade da análise de conteúdo é produzir inferência, trabalhando com vestígios e índices postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Na fronteira hermenêutica, os métodos são puramente semânticos, ao contrário da lingüística que incorpora os métodos lógicos estéticos que buscam os aspectos formais do autor e do texto.

Quando da escolha da análise de conteúdo, deve se escolher a unidade de registro e de contexto. A unidade de registro são em geral acompanhadas de algumas limitações, incluem características definidoras específicas, devem estar adaptadas a esta ou aquela investigação e podem ser de diferentes tipos (palavra, tema, personagem, item). A unidade de contexto é a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado, porém “é indispensável para a necessária análise e interpretação dos textos a serem decodificados (...) e, principalmente, para que se possa estabelecer a necessária diferenciação resultante dos conceitos de significado e sentido” (Puglisi & Franco, 2005, p. 43). Como cada entrevista é tratada em profundidade, sendo o quadro de estudo, sobretudo qualitativo, questões de amostragem se tornam secundárias, mas a seleção de entrevistados deve ser explicitada e justificada de acordo com os objetivos que se pretende alcançar. Pode-se imaginar que o resultado dessa análise temática poderia ser colocado em tabelas; mas, em lugar de números, as células da tabela conteriam as falas particulares dos sujeitos entrevistados. Em muitos casos, o simples levantamento dos temas abordados nas entrevistas é o objetivo da pesquisa.

Algumas vantagens de se utilizar o método é que pode lidar com grandes quantidades de dados além de fazer o uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente. Possui também um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados e o pesquisador caminha através da seleção, criação de unidades e categorização de dados brutos. Pode construir dados históricos: ela usa dados remanescentes da atividade passada (entrevistas, experimentos, observação e levantamentos estão condicionados ao presente) (Bauer & Gaskell, 2002).

Como se pode perceber pela definição apresentada, a autora defende que a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, resultando na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que devem levar o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação, baseado na dedução, na inferência. Essa nova compreensão do material textual, que vem substituir a leitura dita “normal” por parte do leigo, visa a revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem. Logo, a análise de conteúdo pode ser utilizada tanto em pesquisas de cunho quantitativo, quanto qualitativo, nas ciências sociais. Minayo (2000) acredita que a grande importância da análise de conteúdo consiste, justamente, em sua tentativa de impor um corte entre as intuições e as hipóteses que encaminham para interpretações mais definitivas, sem, contudo, se afastar das exigências atribuídas a um trabalho científico.

No entanto, a origem da análise de conteúdo remete a metodologias quantitativas, cuja lógica se baseava na interpretação cifrada do material de caráter qualitativo, em que o rigor científico invocado era caracterizado pela pretensa objetividade dos números e das medidas (Minayo, 2000). Uma breve exposição histórica da evolução da análise de conteúdo explicita seu desenvolvimento como instrumento de análise das comunicações. Nesse caso, o que a diferencia e caracteriza em relação às outras técnicas anteriores a ela é a presença de processos técnicos de validação.

O desenvolvimento da análise de conteúdo como procedimento de exame de comunicações de cunho jornalístico se deu desde o início do século nos Estados Unidos da América, durante cerca de 40 anos. A Universidade de Colúmbia, durante a I Guerra Mundial, foi pioneira nesses estudos quantitativos de material de imprensa e propaganda caracterizadas pelo fascínio pela contagem, pela medida e pelo rigor matemático.

Esses estudos ampliaram-se na década de 1940, tendo como foco principal a busca por desvendar a propaganda nazista entre as comunicações da II Guerra Mundial e como marco distintivo as análises estatísticas de valores, fins, normas, objetivos e símbolos. Nessa época, o *behaviorismo* impôs, nas ciências psicológicas, a rejeição da introspecção intuitiva em detrimento da psicologia comportamental objetiva e os critérios fundamentais exigidos para atestar o rigor científico das análises passam a ser o trabalho com amostras reunidas de maneira sistemática, a interrogação sobre a validade dos procedimentos de coleta e dos resultados, o trabalho com codificadores que permitiam verificação de fidelidade, a ênfase na análise de frequência como critério de objetividade e de cientificidade, e a possibilidade de mensurar a produtividade da análise (Bardin, 1979; Minayo, 2000). Esse caráter persistente, comum quando do surgimento de uma prática metodológica - o positivismo -, foi um impedimento para outras possibilidades de exploração de material qualitativo pela análise de conteúdo.

Bardin (1979) afirma que no período seguinte à II Guerra Mundial, a análise de conteúdo caiu no descrédito e no desinteresse dos investigadores, cujos trabalhos não obtiveram o alcance e nem o mérito esperados. Contudo, nos anos 1950, houve uma revitalização da mesma, que

passou a ser novamente discutida em vários congressos sobre Psicolinguística de forma mais aberta e diversificada. Para os problemas ainda não abrangidos pela análise de conteúdo, foram desenvolvidas novas perspectivas metodológicas e surgem dessa vez, novos questionamentos por outras áreas das ciências sociais além do Jornalismo, como a Conceito utilizado por Burrell e Morgan (1979) para caracterizar um tipo particular de epistemologia que busca explicar e prever o que acontece no mundo social, mediante a busca de regularidades e de relações causais entre seus elementos constituintes, Etnologia, a História, a Psiquiatria, a Psicanálise, a Linguística, a Sociologia, a Psicologia e a Ciência Política, cada uma propondo sua contribuição.

Com a acentuação do debate entre a pesquisa quantitativa e qualitativa nas ciências sociais, passa-se a discutir também a utilização da análise de conteúdo tanto por uma, quanto por outra abordagem. Nesse caso, as análises quantitativas preocupam-se com a frequência com que surgem determinados elementos nas comunicações, preocupando-se mais com o desenvolvimento de novas formas de procedimento para mensurar as significações identificadas. Por outro lado, os enfoques qualitativos voltam sua atenção para a presença ou para a ausência de uma característica, ou conjunto de características, nas mensagens analisadas, na busca de ultrapassar o alcance meramente descritivo das técnicas quantitativas para atingir interpretações mais profundas com base na inferência (Bardin, 1979; Minayo, 2000).

Apesar das polêmicas criadas em torno das duas abordagens, esses debates contribuíram para a ampliação do uso da análise de conteúdo, auxiliada pela redução da rigidez requerida para a objetividade nas ciências sociais e pela maior aceitação da combinação entre compreensão clínica e compreensão estatística nas análises. Minayo (2000) acredita também que o desenvolvimento da informática e o da semiótica são outros fatores que têm favorecido o incremento nas modalidades de tratamento dos dados da comunicação; a primeira tem potencializado o rigor técnico nas análises de conteúdo, enquanto a segunda tem permitido a dinamização na compreensão das significações.

A análise de conteúdo, desde seu surgimento até os dias atuais, teve sua evolução perpassada por períodos de aceitação e de negação, despertando, ainda hoje, contradição e questionamento. Entretanto, assim como toda técnica de investigação, procura proporcionar aos investigadores um meio de apreender as relações sociais em determinados espaços, de uma forma apropriada ao tipo de problema de pesquisa proposto.

A análise de conteúdo visa, portanto, “a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação” (Minayo, 2000).

Utilização, operacionalização e organização da análise de conteúdo.

Para Bardin (1979), a análise de conteúdo possui duas funções que podem coexistir de maneira complementar:

a) uma função heurística, que visa a enriquecer a pesquisa exploratória, aumentando a propensão à descoberta e proporcionando o surgimento de hipóteses quando se examinam mensagens pouco exploradas anteriormente; e b) uma função de administração da prova, ou seja, servir de prova para a verificação de hipóteses apresentadas sob a forma de questões ou de afirmações provisórias.

Atendendo a essas funções, a análise de conteúdo se aplica os diversos domínios:

Número de pessoas implicadas na comunicação

- Uma pessoa (monólogo)
- Comunicação dual (diálogo)
- Grupo restrito Comunicação de massa
- Lingüístico escrito:
 - Agendas, maus pensamentos, congeminações, diários íntimos.
 - Cartas, respostas a questionários e a testes projetivos, trabalhos escolares.
 - Ordens de serviço numa empresa, todas as comunicações escritas, trocadas dentro de um grupo.
 - Jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literatura, textos jurídicos, panfletos.
- Lingüístico oral:
 - Delírio do doente mental, sonhos.
 - Entrevistas e conversações de qualquer espécie.
 - Discussões, entrevistas, conversações de grupo de qualquer natureza.
 - Exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade, discos.
 - Icônico (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, etc.)
 - Garatujas mais ou menos automáticas, grafitos, sonhos.
 - Resposta aos testes projetivos, comunicação entre duas pessoas mediante imagem.
 - Toda a comunicação icônica num pequeno grupo (p.ex.: símbolos icônicos numa sociedade secreta, numa casta...).
- Sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão.

Bardin (1979) caracteriza a análise de conteúdo como sendo empírica e, por esse motivo, não pode ser desenvolvida com base em um modelo exato. Contudo, para sua operacionalização, devem ser seguidas algumas regras de base, por meio das quais se parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado. Nesse sentido, a análise de conteúdo relaciona as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articula a superfície dos textos com os fatores que determinam suas características (variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem) (Minayo, 2000).

Para Bardin (1979), não se trata de atravessar os significantes para atingir significados, como se faz na leitura normal, mas de, por meio dos significantes e dos significados (manipulados), buscarem-se diferentes significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, dentre outros.

O processo de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, promovido pela análise de conteúdo, é organizado em três etapas realizadas em conformidade com três pólos cronológicos diferentes, essas etapas compreendem:

a) a pré-análise: fase de organização e sistematização das idéias, em que ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, a retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado, e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final.

A pré-análise pode ser decomposta em quatro etapas: *leitura flutuante*, na qual deve haver um contato exaustivo com o material de análise; *constituição do Corpus*, que envolve a organização do material de forma a responder a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; *formulação de hipóteses e objetivos*, ou de pressupostos iniciais flexíveis que permitam a emergência de hipóteses a partir de procedimentos exploratórios; *referenciação dos índices e elaboração dos indicadores* a serem adotados na análise, e *preparação do material* ou, se for o caso, edição; b) a exploração do material: trata-se da fase em que os dados brutos do material são codificados para se alcançar o núcleo de compreensão do texto.

A codificação envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração em função de regras previamente formuladas, e c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: nessa fase, os dados brutos são submetidos a operações estatísticas, a fim de se tornarem significativos e válidos e de evidenciarem as informações obtidas. De posse dessas informações, o investigador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos, ou identifica novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material. Os resultados obtidos, aliados ao confronto sistemático com o material e às

inferências alcançadas, podem servir a outras análises baseadas em novas dimensões teóricas ou em técnicas diferentes.

Apesar de ser orientada nas três fases descritas anteriormente, a análise de conteúdo propriamente dita, vai depender especificamente do tipo de investigação a ser realizada, do problema de pesquisa que ela envolve e do corpo teórico adotado pelo pesquisador, bem como do tipo de comunicações a ser analisado. Cabe ao pesquisador fazer o jogo entre as hipóteses, entre a ou as técnicas e a interpretação (Bardin, 1979).

Contribuição da teoria de Vigotski na análise do relato verbal

Tunes (1998) comenta que as questões relativas à validade do emprego do relato verbal na pesquisa psicológica são quase tão antigas quanto a própria Psicologia. Elas se esboçam nas críticas feitas à introspecção e atingem o seu ápice nas primeiras décadas do século XX. Negando os fundamentos idealistas no plano metodológico, a possibilidade do sujeito ser observador de si mesmo, essas críticas delinearam uma nova trajetória histórica para a Psicologia, mas resultaram num fato curioso: "jogou-se fora a água do banho com o bebê". A introspecção foi abandonada e com ela se perdeu a possibilidade de se operar com o informe verbal dos sujeitos num experimento psicológico.

Houve reações, naquela época, L. S. Vigotski, professor russo estudioso da Psicologia, uma dessas vozes, apresentou no II Congresso Nacional de Psiconeurologia, em Leningrado, 1924, críticas à reflexologia pelo fato de esta recusar-se a incluir em seus experimentos o informe verbal dos sujeitos. Ele procurou demonstrar, em sua fala (Vigotski, 1996), a importância que teria para a Psicologia, pretende considerar os informes e interrogatórios verbais do sujeito, bem como o seu papel num sistema de experimentação rigorosa e cientificamente verificável:

Seria um suicídio para a ciência, dado o enorme papel que a psique - isto é, o grupo de reflexos inibidos - desempenha na estrutura da conduta, renunciar a ter acesso a ela através de um caminho indireto: sua influência em outros sistemas de reflexos (p.13).

Prosseguindo, Vigotski argumenta, que negar o estudo dos fenômenos subjetivos, psíquicos, é adotar uma posição idealista, a mesma da introspecção, na medida em que estes fazem parte da conduta geral do homem: "A psique não existe fora do comportamento, assim como este não existe sem aquela" (p.24).

Nesse momento, então, admite a consciência como um "aparelho de resposta", o "reflexo dos reflexos" "É consciente o que se transmite na categoria de excitante para outros sistemas e produz neles uma resposta" (p.25), e demonstra a necessidade de se fazer o interrogatório do sujeito, de considerar o seu informe verbal "...os fenômenos subjetivos estão unicamente em meu alcance, somente eu os percebo como excitantes de meus próprios reflexos" (p.25).

Ainda afirma Vigotski:

Falemos claro. Os enigmas da consciência, da psique, não podem ser eludidos como subterfúgios, nem metodológicos nem teóricos. Não se pode fazer rodeios para deixar a consciência de lado. (...) Psicologicamente, a consciência é um fato indubitável, uma realidade primordial e um fato, nem secundário, nem casual, de enorme importância. Ninguém o discute. Podemos adiar o problema, mas não eliminá-lo por completo. Na nova psicologia, as coisas não andarão bem até que nos coloquemos audaz e claramente o problema da psique e da consciência e até que não o resolvamos experimentalmente, segundo um procedimento objetivo. Em que etapa surgem os traços conscientes dos reflexos, qual é seu significado biológico, são perguntas que devemos fazer, e é preciso preparar-se para resolvê-los experimentalmente. O problema depende apenas de formular corretamente a questão e a solução chegará mais cedo ou mais tarde. (...) A reflexologia não abandonará esse estado de primitiva ignorância sobre a psique enquanto se mantiver afastada dela e continuar encerrada no estreito círculo do materialismo fisiológico. Ser materialista em fisiologia não é difícil. Mas provem como sê-lo em psicologia e, se não o conseguirem, continuem a ser idealistas. (p.27).

Em 1925, Vigotski (1996) publica o artigo "A consciência como problema da psicologia do comportamento", onde desenvolve com mais detalhes e precisão a sua defesa do uso do relato ver. Suas idéias permaneceram adormecidas por um longo tempo, devido a circunstâncias históricas da ex-União Soviética pós-revolucionária. O seu resgate vem ocorrendo recentemente.

Entretanto, Tunes (1998), afirma que o problema apontado por ele não vem sendo vigorosamente tratado pela Psicologia, embora alguns esforços tenham sido empreendidos nesse sentido. Um deles, a seu ver, se concretizou no procedimento de coleta, análise e sistematização do relato verbal, proposto nos trabalhos desenvolvidos e orientados pela Professora Carolina Bori, (1980): onde afirma que, uma das soluções necessárias, originais e promissoras para um antigo problema da Psicologia. A pesquisa psicológica com relatos verbais, seu objeto de estudo e o próprio relato verbal são assim por ela concebidos:

1. o relato verbal não é uma superestrutura da coleta de dados da pesquisa, mas parte orgânica e integrante do mesma;
2. o relato verbal permite o estudo de fenômenos subjetivos a que somente o sujeito tem acesso; ele é o representante de parte da consciência do sujeito (Engelmann, 1983);
3. na pesquisa o sujeito não é observador de si mesmo, mas selecionador daquilo que, na sua realidade, ele recorta e relata. Ao pesquisador cabe organizar, inferencialmente, o conteúdo das falas do sujeito, atribuindo-lhes significado, de modo a estabelecer condições para a emergência de novos relatos, isto é, alterações do fenômeno consciente;
4. nessa medida, a participação do pesquisador na pesquisa vincula-se ao processo mais amplo da gênese social da consciência humana;

5. o relato verbal é, ele próprio, utilizado pelo pesquisador para planejar o prosseguimento da pesquisa;

6. o relato verbal é diferente dos informes cotidianos, na medida em que a ação do pesquisador, ao planejar a pesquisa, é orientada para uma meta : ele sabe o que deve perguntar e por que;

7. o relato verbal permite o estudo do fenômeno em seu caráter processual, no momento mesmo de sua emergência e desenvolvimento, ambos intencionalmente provocados pela ação do pesquisador. Por isso, o processo é gradual;

8. a admissão do caráter processual do fenômeno consciente implica a admissão de sua constante mutabilidade e transitoriedade;

9. a pesquisa com relatos verbais não se propõe ao exame da veracidade do que é referido no relato do sujeito, mas à busca de precisão e confiabilidade das inferências feitas pelo pesquisador, na medida em que o fenômeno consciente é forjado na própria implementação do procedimento de coleta, análise e sistematização de informações;

10. a precisão e a confiabilidade das inferências do pesquisador podem ser avaliadas no curso do próprio procedimento, uma vez que é tratado como indício do processo em curso tudo o que é referido no relato. Importa, pois, nessa avaliação, a lógica das relações que o pesquisador vai estabelecendo entre os indícios, no ato mesmo de atribuição de significados ao relatado;

11. a pesquisa com relatos verbais implica admitir, portanto, que a própria pesquisa psicológica com seres humano é de natureza social o que, a propósito, Wundt já admitia (ver, por exemplo, Wundt, 1911);

12. a pesquisa com relatos verbais constitui-se numa situação singular de interação pesquisador-participante, irreplicável, mesmo que se mantenham os mesmos atores dialogando sobre o mesmo fenômeno-tema, dada a transitoriedade do fenômeno consciente em constante desenvolvimento;

13. a pesquisa com relatos verbais permite extrair das interações pesquisador-sujeito os princípios que regem, historicamente, a constituição dos fenômenos conscientes.

Em síntese, podemos dizer que, nesta concepção, o relato verbal é tomado como representante da consciência dos indivíduos que interagem verbalmente durante o processo de coleta de dados. Por isso, a análise do relato verbal permite o acesso inferencial do pesquisador aos processos subjetivos do participante. Esses processos subjazem à versão da realidade que ele tem para si como relevante, em dado contexto, e sobre a qual ele relata ao pesquisador. O pesquisador, por sua vez, utiliza a análise do relato verbal para planejar o prosseguimento da pesquisa, visando atingir sua meta, que toca ao acesso a processos subjetivos do participante. E, agindo assim, cria condições para o desenvolvimento *in loco* do fenômeno em estudo.

Estes aspectos se evidenciaram, por exemplo, em um recente estudo (Manzini, 1995) sobre formas de raciocínio de jovens considerados deficientes mentais leves e limítrofes, em que se utilizou um procedimento de coleta de informações derivado do de Bori, Botomé, De Rose e Tunes (1978). Na análise dos diálogos pesquisador - participante durante as reuniões, demonstrou que, através de suas intervenções, o pesquisador colocava aos participantes tarefas com exigências cognitivas tais que lhes oportunizava fazer relatos nos quais estabeleciam relações espaciais e temporais, faziam suposições, explicitavam e resolviam contradições e tiravam conclusões sobre seu processo de profissionalização e sobre suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Ou seja, pode-se ter acesso aos processos de raciocínio envolvidos nas concepções daqueles jovens sobre aspectos essenciais de suas vidas.

Finalmente, um aspecto dos mais relevantes (e polêmicos) da pesquisa com relatos verbais diz respeito ao fato de que pode possibilitar uma análise objetiva dos fenômenos conscientes. Essa questão foi examinada em um trabalho realizado por Silva (1997). Definindo o significado como unidade molecular para o estudo do pensamento verbal, segundo a concepção de Vigotski (1987).

Baseando-se na formulação de Vigotski (1987) segundo a qual o sentido é o agregado de todos os fatos psicológicos que emergem na nossa consciência como um resultado da palavra. Partindo da idéia de que ele é constituído de inúmeras zonas diferentes entre si quanto à estabilidade e dentre as quais uma é a do significado, a mais precisa e unificada. A interação pesquisador-participante ocorre na circunscrição sentido-significado e a subjetividade própria dos relatos dos participantes contém a dimensão objetiva, que o pesquisador deseja obter, desfazendo-se, a dicotomia objetivo-subjetivo, tantas vezes recorrida para se tecerem as críticas relativas ao emprego do relato verbal.

Preconceito Racial

Antes mesmo da elaboração de uma noção de raça e a desistência da comunidade científica para sua utilização como algo que diferenciava grupos de sujeitos, o 'racionalismo' já existia, e a cor negra já possuía características negativas. As questões colocadas pelos iluministas tornaram-se as mais complexas para explicar a origem da oposição tão generalizável entre branco/negro (Santos, 2002).

Com a evolução do darwinismo e sua aplicabilidade ao mundo antropológico-social, a lógica da diferenciação a partir de raças toma uma acepção moderna de definir e separar tipos humanos, e assim, o mundo começa a ser dividido de forma radical. O surgimento das questões multiculturais gera essa 'produção de raças', especialmente nas sociedades européias (Hall, 2000). Intelectuais começam a dissertar sobre as diferenças raciais e impõem os caucasóides como 'raça eleita', onde as raças eram divididas não mais para entender as dinâmicas evolutivas,

mas para definir de forma irreversível o lugar de cada cidadão nas sociedades, determinando o seu grau de importância, um direito predestinado (Santos, 2002). O processo de classificar, obsessão da civilização ocidental, constituiu-se nos atos de incluir o semelhante num padrão considerado desejável e correto, excluindo o diferente. A partir dessa visão científica de definir, de lidar com o que salta aos olhos sociais, pode-se dizer que o racismo é uma herança tipicamente moderna (Ferreira, 2002).

Conceitualmente, a categoria “raça” não é científica, é uma construção política, e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo e sua lógica própria. Tal discurso quando baseado na natureza, nas diferenças genéticas tal qual o darwinismo o fez, essas raças são ‘materializadas’ em significantes corporais visíveis (cor da pele, características físicas do cabelo e feições do rosto), assim como também comportamento, mentalidade ou ‘temperamento’. O racismo tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza.

A “etnicidade” – que muitas vezes é confundida com o conceito de “raça” – por sua vez, gera um discurso onde diferença se dá pelas características culturais e religiosas, ou seja, uma articulação dessa diferença produz a discriminação cultural, diferentemente do racismo biológico. O registro sociocultural e biológico quando cruzados encontram-se em um mesmo sistema, sendo apenas duas formas de racismo ou dois registros de um mesmo preconceito, a serem estudados contextualmente (Hall, 2000).

Assim, o racismo não pode ser colocado como um fenômeno universal, mas uma forma de consciência social que desenvolve-se em situações históricas concretas. E embora seja estudado como uma atitude na Psicologia, é claro que este tipo de atitude teria poucas consequências se agisse de forma isolada, sem que existissem condições históricas, culturais e econômicas que a ligassem a comportamentos específicos. Por isso torna-se necessário analisar tanto os fatores psicológicos como os sociológicos do racismo que atualmente se desenvolve no mundo, e mais particularmente no Brasil.

Preconceito Racial no Brasil

Nos primeiros estudos sobre a temática racial no Brasil no início do século XX, autores consideraram que a influência dos negros na civilização brasileira seria negativa por eles serem membros de uma raça biologicamente inferior. Nesse mesmo período Ramos (1937) considerava a presença dos negros um problema na formação da cultura brasileira, mas não por razões biológicas, mas sim, por razões culturais. Podemos identificar neste período a existência de um discurso que aceita as diferenças raciais seja por razões genéticas, seja por razões culturais. Este tipo de discurso se sustenta nas crenças pseudo-científicas existentes no final do século XIX e

início do XX, de que existia uma hierarquia racial no mundo determinada pela diferença de genes.

Posteriormente Gilberto Freire, em *Casa Grande e Senzala* (1933), valorizará o processo de mestiçagem a partir da idéia de que a mesma age como uma forma de enriquecimento cultural. Fala de “democracia racial”, sustentando-a nos mitos do “Luso-tropicalismo” e do “Senhor Amável”. A atitude pouco preconceituosa do português, somada ao fato de virem poucas mulheres européias à colônia, criariam as condições propícias para um processo de mestiçagem entre os senhores da Casa Grande e as escravas da Senzala. É esta miscigenação que sustentaria a crença na democracia racial no Brasil. Esta crença se desenvolveria com muita força durante a ditadura militar.

Um elemento do ufanismo brasileiro era a pretensão de ter superado os conflitos raciais. Este tipo de raciocínio pode ser definido como um discurso que nega a existência das diferenças raciais. Considera todos os brasileiros, independentemente da cor, como um único povo. É evidente que este tipo de discurso minimiza o fato histórico da escravidão. O próprio Gilberto Freire, não podendo evitar a evidência dos negros ocuparem na República uma situação marginal, afirma que o negro não teria vez na sociedade brasileira não por ser negro, mas por ser pobre. Ao mesmo tempo em que se difundia esta crença na população, estudos que estavam se desenvolvendo nesse período (Fernandes, 1972; Nascimento, 1968; Skidmore, 1976), não só não sustentaram esta visão otimista das relações raciais no Brasil, como demonstraram que o mito da Democracia Racial serve como racionalização no desenvolvimento de idéias e práticas discriminatórias (Azevedo, 1975).

O Brasil, como explicitado acima, sempre foi citado como exemplo de democracia racial: construiu uma imagem de que todas as raças e etnias (“negros”, “brancos”, “amarelos”, “índios” e “pardos”) viviam harmoniosamente, mas pesquisas constataam que a realidade é que os brasileiros que não possuem a cor da pele clara se sentem carregando um fardo do qual tentam se livrar. Ao longo do tempo, foi se tornando um país mais complexo a partir da sua etnografia, com a cor da pele sendo cada vez mais importante na definição e identificação de grupos racializados. Assim, o termo ‘preconceito de cor’ descreve bem a realidade das relações racializadas no Brasil do que o termo ‘preconceito racial’, já que a mobilidade racial é uma possibilidade, através da mestiçagem.

MÉTODOS

Foi aplicada uma entrevista semi-estruturada a dois estudantes do curso de graduação de Psicologia da UFPB, uma mulher de 23 anos que se identifica com a população morena, e um homem de 22 anos que se identifica com a população de cor branca. A entrevista semi-estruturada baseava-se em duas questões específicas, dispostas a seguir:

Questão 1 – Diversas pesquisas indicam que a população negra, na sociedade brasileira, tem piores condições de vida que a população branca. Em sua opinião, porque a população negra tem piores condições de vida que a população branca?

Questão 2 – Alegando que a população branca do Brasil discrimina e explora os negros, membros da população negra afirmam que esta deve formar um grande e organizado movimento de luta e protesto para mudar tal situação. O que Você pensa sobre isso?

RESULTADOS

Para análise dos resultados foi utilizada a técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (1979) com a participação de quatro juízes.

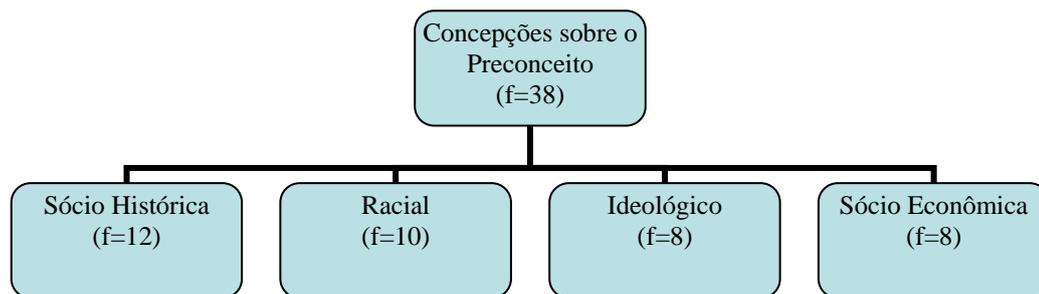
Da primeira questão emergiu a classe temática ‘Preconceito Racial’, onde as justificativas de piores condições de vida tomariam forma de discursos raciais. A partir desta classe, foi evocada a categoria ‘Concepções do Preconceito’, que se refere a como os participantes atribuem à origem e causa do preconceito racial. Ela foi dividida em quatro outras subcategorias (Quadro 1):

- **Sócio-Histórica:** Conteúdos ligados ao processo histórico que os negros vivenciaram (Ex. Histórico, escravidão, raça inferior pelo europeu, processo histórico, colonização, escravos, explorados fisicamente, moralmente, escravos livres, história referendar a exclusão)
- **Racial:** Aspectos relacionados ao negro em si, tanto a nível individual como societal (Ex. Diferenciação, negro, mentalidade preconceituosa, cultura afro, negros no Brasil, espaço na sociedade, desconsiderados, guetos sociais, conceitos acerca do que é ser negros, negros);
- **Ideológica:** Diz respeito às representações da sociedade (Ex. Ideológico, cultural, miscigenação, encontro de povos, descaracterizado, sociedade opressora, descaracterizando);
- **Sócio-Econômica:** Evocações ligadas a aspectos econômicos e sociais (Ex. Condições sócio econômicas, desempregados, sem terra, absorção do negro pelo mercado, capitalismo, absorvida pelo mercado, problema de educação).

Quadro 1 – Distribuição percentual das categorias temáticas e respectivas subcategorias da primeira questão.

Classe Temática	Categoria	Subcategorias	f	%
Preconceito Racial	Concepções do preconceito	Sócio Histórica	12	31,5
		Racial	10	26,5
		Ideológica	8	21
		Sócio-econômica	8	21
TOTAL			38	100

Esquema Quadro 1



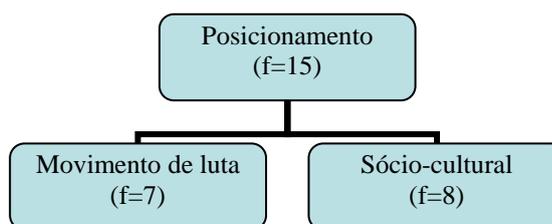
A segunda questão da entrevista já parte para uma consciência do participante no que se refere aos movimentos de valorização do negro. Após análise de conteúdo emergiu a Categoria ‘Posicionamento frente aos movimentos’, composta de suas subcategorias, ‘Movimento de luta’ e ‘Sócio cultural’.

A primeira subcategoria diz respeito aos conteúdos relacionados em prol da ação dos movimentos, pela exigência da equidade de direitos (Ex. Reivindicar, protesto, luta, organizar, movimento de luta, já que é um grupo é possível se conseguir, conquista frente sociedade); a segunda categoria evoca aspectos relacionados à cultura negra, como justificativa não-favorável às medidas compensatórias (ex. Miscigenação, negro no Brasil, cultura negra, preconceito cultural, ideário popular, grupo de pessoas, sente excluído socialmente).

Quadro 2 – Distribuição percentual das categorias temáticas e respectivas subcategorias da segunda questão.

Classe Temática	Categoria	Subcategorias	f	%
Movimentos de Valorização do Negro	Posicionamento frente aos movimentos	Movimento de luta	7	46,6
		Sócio Cultural	8	53,4
TOTAL			15	100

Esquema Questão 2



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações raciais são entendidas a partir da categorização social, do posicionamento de cor, de cultura e etnia. No Brasil, estas relações eram julgadas erroneamente como democráticas e passivas pela miscigenação proveniente das diversas influências e dominações territoriais que foram se dando ao longo dos anos de colonização. Atualmente, são conhecidas as práticas discriminatórias como reais e sutis, amparadas por discursos que nos parecem justos e pensados para o bem de todos.

Com base nos aportes teóricos sobre a temática do preconceito racial e nos resultados apresentados para cada questão trabalhada neste estudo, fica perceptível a identificação de determinados discursos justificadores para a situação atual do negro no Brasil, com piores condições de vida do que o resto da população, e da falta de apoio dos movimentos de valorização do negro (como movimentos de luta e ações afirmativas).

Os fatores que fomentam as concepções do preconceito de cor no Brasil resultantes da Questão 1 (sociais, históricos, ideológicos, econômicos e raciais) são justificativas aportadas na visão psicossociológica, ou seja, de amplitude sociológica, a visualizar a grande estrutura que acobertam tais percepções. Ao analisar as subcategorias em si e seus discursos, percebe-se que a subcategoria “Sócio-histórica”, com maior número de evocações (31,5%), promove a dimensão histórica em que este tipo de discurso está envolvido, sendo seguida pela subcategoria “Racial” (26,5%), demonstrando como a categorização social é atuante ao identificar e diferenciar negros e brancos, dando descrédito ao discurso justificador da negação do preconceito baseado na miscigenação racial no Brasil. As subcategorias “Ideológica” e “Sócio-econômica”, com evocações iguais de 21%, se colocam como discursos opostos sobre a condição do negro, onde a primeira culpabiliza a sociedade “opressora” de maneira ampla, sem apontar como a opressão atual, e a segunda, culpabiliza o próprio negro, como “desempregado” ou “sem terra”, tal como uma incapacidade de mobilidade social, naturalizada pelo contexto histórico.

Quanto à Questão 2, a problemática colocada era dos posicionamentos frente às atuações para a valorização do negro, e como resultante surgem as subcategorias “Sócio-cultural” (53,4%) e “Movimento de Luta” (46,6%). Na primeira, os discursos justificadores estão voltados para o posicionamento contrário aos movimentos de valorização do negro, dentre eles o discurso da miscigenação, da educação como fonte de problema geral da sociedade e do “preconceito cultural” do “ideário popular”, de maneira a negar diferenças entre negros e brancos. Já a segunda subcategoria, com menos evocações do que a primeira, há o posicionamento de apoio à organização dos negros, de maneira a contestar e tentar modificar sua condição, com um discurso justificador positivo, que perpassa o “sentir-se excluído” e a reparação histórica dos negros.

Numa visão geral do que pode ser inferido a partir deste ínfima amostra, o preconceito racial é justificado pelas percepções de passado, presente e futuro do negro no Brasil. O discurso que se utiliza do passado como justificativa trabalha toda a contextualização histórica da vivência do negro-escravo e a diferenciação de cor de pele que traduz-se em relação de poder justificada também pela história de submissão.

A justificativa baseada no presente traz a percepção identificada a partir de dois moldes: o negro no Brasil só “está como está” ou pela culpa da “Grande sociedade” (que tudo pode mas que nada faz), ou no próprio negro que não se esforça o bastante, que não tem capacidade de modificar sua condição. Finalmente, o discurso baseado no futuro para justificar a continuação da condição do negro no Brasil divide-se no posicionamento favorável aos movimentos de luta e da tentativa de equidade de condições através do discurso justificador de reconhecimento das diferenças, e no posicionamento contrário às organizações de valorização do negro pela negação das diferenças entre negros e brancos.

Com este estudo, fica demonstrado que o racismo não é questão esgotada em nenhuma dimensão, seja psicológica, seja social, e muito menos no contexto brasileiro, além de trazer o quanto a técnica da Análise de Conteúdo é útil para a elucidação dos discursos superficiais e

mecânicos reproduzidos atualmente sobre o negro brasileiro. O tema necessita ser trabalhado em todas as instâncias (especialmente, educacionais), e pesquisado com propósito e ética, a fim de gerar soluções sociais cabíveis às problemáticas e seus discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, T. (1975). *Democracia racial*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Barbier, R.. (2003) Pesquisa-ação. Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2002. Castro, C.A.P. de. *Sociologia aplicada à Administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Bardin, L.(1979) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauer, M.W. & Gaskell, G. (2002) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Ed. Vozes.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. Glencoe, Ill.: Free Press.
- Berg, B. L. (1998) *Qualitative research methods for the social sciences*. 3. Ed. Boston, MA: Allyn & Bacon, 1998.
- Bori, C.M. et al .(1978) *Desempenho de professores universitários no levantamento e caracterização de problema de ensino: descrição de um procedimento*. Em Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 8., Ribeirão Preto, 1978. *Anais*. Ribeirão Preto, SP: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, p.213-214.
- Bori, C.M. et al (1980) Levantamento de dados para descrição e análise de problemas de desempenho de professores de química do segundo grau. Em Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Experiências e projetos de integração da universidade com o ensino de primeiro e segundo graus, 31. *Livro de Resumos*. Natal, RN, p. 425-428.
- Burrell, G. & Morgan, G. (1979) *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann.
- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel.
- Ferreira, R. F. (2002). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia & Sociedade*, 14(1), pp. 69-86.
- Fiorin, J. L.(2000) *Elementos de análise do discurso*. 9. ed. São Paulo: Contexto.

Freire, G. (1933). *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.

Gil, A.C. (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Glazier, Jack D. & Powell, R.R. (1992). *Qualitative research in information management*. Englewood. CO: Libraries Unlimited.

Godoy, A.S. (1995) Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 35(2), p. 57-63.

Hall, S. (2000). *The multi-cultural question*. Em Hesse, Barnor (Org). *Un/settled Multiculturalisms*. London: Zed Books.

Harris, H. (2001) Content analysis of secondary data: a study of courage in managerial decision making. *Journal of Business Ethics*, 34(3/4), p.191-208.

Henry, P. (1997) Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Unicamp, p. 13-38.

Kracauer, S. (1952). The challenge of qualitative content analysis. *Public Opinion Quarterly*, 16, 631-642.

Krippendorff, K. (1969). Models of messages: three prototypes. In G. Gerbner, O.R. Holsti, K. Krippendorff, G.J. Paisly & Ph.J. Stone (Eds.), *The analysis of communication content*. New York: Wiley.

Krippendorff, K. (1980). *Content analysis. An Introduction to its Methodology*. Beverly Hills: Sage.

Machado, M.N.M. (2005) *Uma metodologia para a pesquisa do social histórico*. (Artigo submetido)

Maldidier, D. (1994) Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: Orlandi, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Unicamp, p. 15-28.

Manzini, E.J. (1995) *Formas de raciocínio apresentadas por adolescentes considerados deficientes mentais: identificação através do estudo de interações verbais*. São Paulo, 151p. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Marconi, M. De A. & Lakatos, E.M. (2002) *Técnicas de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Minayo, M. C. de S. (2000) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. de S. (1989) *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense.

Mostyn, B. (1985). The content analysis of qualitative research data: A dynamic approach. In M. Brenner, J. Brown & D. Cauter (Eds.), *The research interview* (pp.115-145). London: Academic Press.

Nascimento, A. (1968). *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

Neuman, W. L. (1994) *Social research methods*. 2. Ed. Boston, MA: Allyn & Bacon.

Orlandi, E.P. (1987) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Ed. Pontes. Em LAGES, Florilégio nacional. São Paulo: LES, 1957, 2. tomo, p.29-30.

Pêcheux, M. (1997) Análise automática do discurso (AAD-69). Em Gadet, F. & Hak, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: UNICAMP, p. 61- 162.

Peterson, L. W.; Albrecht, T. L. (1999) Where gender/power/politics collide: deconstructing organizational maternity leave policy. *Journal of Management Inquiry*, Thousand Oaks, 8(2), p. 168-181.

Pool, J. S. (1959). *Trends in content analysis*. Urbana: University of Illinois Press.

Puglisi, M.L. & Franco, B. (2005) *Análise de conteúdo*. 2. ed. Brasília: Líber Livro.

Ramos, A. (1937). *As culturas negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil.

Santos, G. A. (2002). *A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro: Pallas.

Silva, E.G. (1997) *Abolindo mocinhos e bandidos: o professor, o ensinar e o aprender*. Brasília,. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Silva, E.L. & Menezes, E.M.(2000) *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: LED/UFSC.

Silverman, D. (1993) *Interpreting qualitative data: methods for analyzing talk, text and interaction*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Skidmore, T. (1976). *O preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Tunes, E. (1984) Considerações a respeito dos relatos verbais como dados. *Psicologia*, 10(1), p.1-10.

Tunes, E. & Simão, L.M. (1998) On The Analysis of Verbal Reports. *Psicologia USP*, São Paulo, 9(1), p.303-324.

Vergara, S.C. (2003) *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 4. ed.São Paulo: Atlas.

Vigotiski, L.S. (1996) *Teoria e método em psicologia*. (Berliner, C. Trad.). São Paulo, Martins Fontes.

Wundt, W. (1911). *An introduction to psychology*. New York, George Allen.